



INSTRUÇÃO DE SERVIÇO CONJUNTA Nº 001/2012



Dispõe sobre as diretrizes gerais de funcionamento e utilização das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Educação e da Fundação de Ensino de Contagem – FUNEC.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM e a PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ENSINO DE CONTAGEM – FUNEC, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso I, do artigo 6º da Lei Orgânica de Contagem,

RESOLVEM:

Art. 1 Fica regulamentado o funcionamento e a utilização das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Educação e da Fundação de Ensino de Contagem – FUNEC

Parágrafo único. Para os fins de aplicação do disposto no *caput* deste artigo, considera-se:

I – Biblioteca Escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura. (Art. 2º da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010).

II – Profissionais de Biblioteca:

- Bibliotecólogo: Bacharel em Biblioteconomia, com registro profissional no Conselho Regional competente.
- Auxiliar de Biblioteca Escolar: Ensino Médio completo.

Art. 2º A missão da biblioteca escolar segundo o Manifesto IFLA/UNESCO é de promover serviços de apoio à aprendizagem e disponibilizar livros à comunidade escolar, oferecendo aos leitores a possibilidade de se tornarem sujeitos pensadores e efetivos usuários da informação, nos mais variados formatos e meios.

Art. 3º A biblioteca atenderá a todos os membros da comunidade escolar sem qualquer tipo de distinção como: raça, condição profissional e social, cor, orientação sexual e religiosa, nacionalidade, língua.

Art. 4º O acesso aos materiais bibliográficos e não bibliográficos não poderá sofrer censura ideológica, política, religiosa e pressões comerciais, assegurando aos leitores liberdade de escolha.

Art. 5º É vetada a cobrança de taxas ou multas para prestação de serviços de quaisquer natureza.

Art. 6º Para contribuir com o desenvolvimento da competência informacional do estudante,

a biblioteca escolar deverá se pautar nos seguintes objetivos:

I - Apoiar o desenvolvimento da proposta curricular.

II - Buscar parcerias com educadores (pedagogos, professores e dirigentes) para o desenvolvimento das atividades.

III - Realizar atividades de promoção da leitura, tais como: hora do conto, encontro com escritores, teatros, etc.

IV – Desenvolver, para os estudantes, atividades de incentivo à leitura e de uso da informação.

V - Orientar os estudantes na recuperação, avaliação e uso da informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, tendo como objetivo a formação de cidadãos autônomos e conscientes do seu papel social.

VI - Oferecer a toda comunidade escolar os serviços de empréstimo, consultas e pesquisas.

VII - Manter o acervo organizado e acessível, de forma a facilitar a recuperação da informação desejada, com rapidez e eficiência.

Art. 7º O espaço da biblioteca deverá ser utilizado para leitura, pesquisa, estudo, bem como para atividades pedagógicas e culturais.

Art. 8º A utilização do espaço da biblioteca, para os fins a que se destina, conforme artigo 7º, da presente instrução, será definida por regulamento próprio.

I- Respeitados os objetivos da biblioteca escolar e as atribuições dos profissionais que ali atuam, o documento deverá ser elaborado pelo Auxiliar de Biblioteca, sob orientação do Bibliotecônomo, responsável pelo acompanhamento das atividades na unidade e aprovado pela equipe gestora da unidade educacional.

II- O texto deverá ser revisto periodicamente, para atendimento a novas demandas ou adequações às atividades e/ ou serviços desenvolvidos.

Art. 9º O horário de atendimento da biblioteca deverá garantir à comunidade escolar o acesso às dependências, atividades e serviços oferecidos, respeitando-se, inclusive, o direito de utilização pelos leitores em horário de recreio e extraturno.

Art.10 Aos estudantes é reservado o direito de utilização do espaço como meio de desenvolvimento intelectual e cultural. Portanto, são consideradas indevidas nesse ambiente, quaisquer práticas de sanções, punições ou castigos a esses sujeitos.

Art. 11 Cabe ao profissional de biblioteca a responsabilidade pela administração do espaço e pela utilização e preservação do acervo documental e patrimonial. Na ausência do bibliotecônomo ou auxiliar de biblioteca, a biblioteca poderá ser utilizada somente se houver um profissional designado pela direção da escola para permanecer na biblioteca, durante o tempo de utilização que assuma a responsabilidade pela conservação e guarda do acervo, de modo a resguardar o direito de uso do espaço pela comunidade escolar.

Art. 12 Para contribuir com o bom funcionamento da escola, em casos eventuais de absenteísmo do professor, não podendo se tratar dessa forma de formalizações de substituição pedagógica, o auxiliar poderá atender o estudante, com atividades de leitura, observando a faixa etária do público, tais como: hora do conto, cantinhos de leitura, etc.

Art. 13 A utilização do espaço da biblioteca para outros fins, que não os especificados nos artigos anteriores ou no regulamento interno de cada biblioteca, elaborado com vistas à presente instrução, deverá respeitar a disponibilidade do cronograma de trabalho e atividades desenvolvidas no espaço.

Art. 14 Para conseguir desempenhar sua função educativa de forma eficiente e eficaz, a biblioteca escolar deverá manter uma ampla diversidade de fontes informacionais, em variados suportes, de modo a atender as necessidades dos usuários no que se refere à educação, à informação e ao desenvolvimento pessoal.

I - Cabe aos bibliotecônomos a elaboração da Política de Desenvolvimento do Acervo, que direcionará todo o processo de seleção, aquisição e circulação da coleção nas bibliotecas escolares da Rede Municipal de Educação e da FUNEC. A formulação dessa política definirá o propósito, a extensão e o conteúdo das coleções, assim como o acesso aos recursos externos em conformidade com as Diretrizes da IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar.

II - A coleção de livros em cada biblioteca escolar deverá ter em média 10 obras por estudante, conforme pressupõe determinações da UNESCO, para proporcionar a todos os usuários um acervo diversificado, relevante e atualizado.

III - A biblioteca deverá manter uma coleção específica, atualizada e diversificada, para atendimento às pessoas com deficiência.

IV - O descarte de materiais inservíveis da coleção será realizado, periodicamente, em conformidade com o Decreto Municipal nº 1565, de 12 de abril de 2011, que dispõe sobre a movimentação, alienação e desfazimento do livro didático e demais materiais literários e /ou paradidáticos impressos.

Parágrafo único. A Política de Desenvolvimento do Acervo da Rede Municipal de Educação e FUNEC deverá ser revisada, periodicamente, pelos bibliotecônomos, a fim de torná-la um instrumento eficaz e representativo ao processo pedagógico.

Art. 15 O registro da coleção seguirá normas definidas pelos bibliotecônomos da Rede Municipal de Educação de Contagem e FUNEC.

Art. 16 Cabe aos profissionais de biblioteca, a realização anual do inventário do acervo, com o objetivo de controlar a movimentação do patrimônio documental.

Art. 17 O ambiente da biblioteca e seu acervo documental deverão ser higienizados por profissionais específicos dessa função, evitando-se a proliferação de fungos, insetos e roedores. A direção da escola deverá incluir na limpeza desse espaço o serviço relacionado à conservação do acervo.

I - Cabe ao profissional de biblioteca, atenção especial a fatores que podem contribuir para a deterioração do acervo, sendo esse, também, responsável, por registrar qualquer

situação de risco verificada e comunicá-la formalmente aos gestores da unidade.

II - Cabe à direção escolar o agendamento de conservação preventiva para o ambiente da biblioteca, junto à SEDUC e FUNEC.

Art. 18 Em respeito à Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, fica expressamente proibida a permanência e a utilização de cópias de materiais impressos e/ ou digitais na biblioteca.

Parágrafo único. Como forma de coibir a reprodução de materiais que contenham peso de capital intelectual orienta-se a não-instalação e não-manutenção de máquinas copiadoras no espaço da biblioteca.

Art. 19 Cabe ao Bibliotecônomo, como um dos especialistas no gerenciamento e disseminação da informação, levantar demandas informacionais, planejar, gerenciar e implementar as ações de uso da biblioteca, junto com os educadores, visando ao desenvolvimento da competência leitora dos usuários.

Parágrafo único. Aos Bibliotecônomos em função de coordenação de várias bibliotecas escolares cabe acompanhar os Auxiliares de Biblioteca por ele coordenados, instrumentalizando esses profissionais, em consonância com a Proposta Político-pedagógica das Unidades Escolares, para a realização das funções descritas no artigo 19.

Art. 20 O Auxiliar de Biblioteca deve desenvolver suas atividades em consonância com o planejamento do Bibliotecônomo, por meio do exercício de atividades relativas ao acervo e ao espaço da biblioteca escolar, através do atendimento aos usuários em suas demandas de pesquisas e estudo, para promover maior aproximação entre o leitor e o texto.

Art. 21 Para permitir melhor articulação entre biblioteca e sala de aula, o profissional deverá participar da elaboração ou revisão do Projeto Político Pedagógico, da Proposta Pedagógica, e do plano financeiro da unidade em que estiver lotado.

Art. 22 O Bibliotecônomo e o Auxiliar de Biblioteca deverão desenvolver projetos de leitura, preferencialmente, em parceria com outros educadores, de forma a estimular nos estudantes o gosto pela leitura.

Art. 23 A biblioteca reservará um dia, de cada mês, para a realização de atividades de organização do acervo e espaço, planejamento ou elaboração de projetos. Nesse período, não haverá atendimento externo à comunidade escolar.

Art. 24 É assegurado aos profissionais de biblioteca o direito de participação em formações continuadas em serviço que promovam o desenvolvimento profissional, oferecidas pela Secretaria de Educação de Contagem (SEDUC) e FUNEC.

Parágrafo único. Se a carga horária do curso, seminário, palestra, etc., for inferior à jornada diária de trabalho estabelecida para os servidores, esses profissionais deverão negociar a complementação dessa jornada diretamente com o dirigente educacional, em novo dia e horário previamente acertado entre as partes.

Art. 25 Os profissionais de biblioteca deverão elaborar planos de ação e relatórios de atividades, para o monitoramento, avaliação e melhoria dos serviços prestados.

Art. 26 O servidor com laudo médico, em exercício na biblioteca, respeitadas suas condições físicas e restrições apresentadas, deverá desenvolver as mesmas atividades definidas para o Auxiliar de Biblioteca Escolar.

Art. 27 A biblioteca escolar constitui um espaço educativo estratégico, no que se refere ao desenvolvimento da leitura e da escrita e à formação de cidadãos críticos e reflexivos. Para que ela possa cumprir esse papel, a Secretaria de Educação de Contagem (SEDUC) e FUNEC deverão:

I - Estabelecer políticas, programas e legislações específicas para otimizar o funcionamento da biblioteca.

II – Repassar recursos para as Unidades Escolares, a fim de que sejam utilizados no desenvolvimento da Proposta Político-pedagógica da escola, que poderá referendar a aquisição de acervo, mobiliário e equipamentos adequados a esse espaço e ao tipo de usuário, bem como a reforma ou readequação do espaço físico das bibliotecas escolares, transformando-as em ambiente confortável para pesquisa, leitura e lazer.

III - Garantir um número suficiente de profissionais, em conformidade com a tipologia funcional, estabelecida pela SEDUC e pela FUNEC (Bibliotecônomos e Auxiliares de Biblioteca), para acompanhamento e atuação nesses espaços, a fim de possibilitar atendimento informacional satisfatório a estudantes e comunidade escolar.

IV – Oferecer, de forma periódica e continuada, formação para todos os profissionais de biblioteca da Rede Municipal de Educação e FUNEC.

V – Promover o intercâmbio de informações e trocas de experiências entre os profissionais que atuam nas bibliotecas.

VI – Fomentar a criação de grupos de estudos para discussões sobre a biblioteca escolar.

VII – Promover a interação e o diálogo entre as propostas da biblioteca escolar e os demais setores integrantes da SEDUC e FUNEC.

VIII – Criar condições para implementação de diretrizes estabelecidas por organismos nacionais e internacionais para o desenvolvimento da biblioteca escolar.

Art. 28 Esta instrução entra em vigor na data da sua publicação.

Contagem, 18 de setembro de 2012.

LINDOMAR DIAMANTINO SEGUNDO
Secretário de Educação de Contagem - SEDUC

TELMA FERNANDA RIBEIRO
Presidente da Fundação de Ensino de Contagem - FUNEC